



INVESTIGAÇÃO

Ofensiva ao sistema de pagamento do governo

Polícia Federal e Abin apuram acesso indevido ao software usado pelo Tesouro Nacional, com suspeita de desvio de recursos

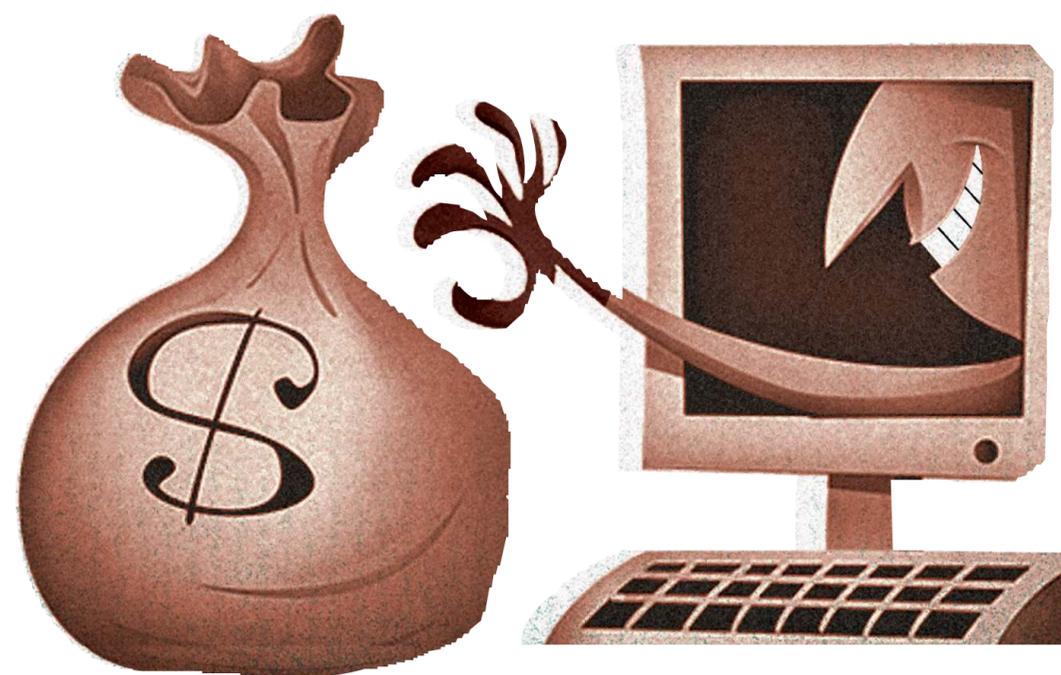
» RENATO SOUZA

Criminosos que atuam na internet conseguiram acessar o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), usado pelo Tesouro Nacional para fazer todo o processamento patrimonial, contábil e execução financeira do governo federal. O programa é usado também por Legislativo e Judiciário. A suspeita é de que tenham ocorrido desvios de recursos para contas particulares, por meio de ordens de pagamento. A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar o caso. Já a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informou, em nota, que acompanha o caso “em colaboração com as autoridades competentes”.

Após o acesso indevido, que ocorreu neste mês, o Tesouro Nacional aplicou regras adicionais de segurança, a fim de estabelecer camadas para dificultar qualquer acesso indevido. As primeiras diligências apontam que os criminosos usaram certificados de gestores do sistema para dar os comandos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o sistema não foi comprometido, mas sustentou não saber detalhes do caso. “A informação que eu tenho é parcial, de que o problema não é do Siafi, não é do sistema. Provavelmente, foi de autenticação de acesso. Isso está sendo apurado, como alguém teve acesso tendo sido autenticado. Não foi a ação de um hacker que quebrou a segurança. É isso que a PF está apurando e está rastreando para chegar aos responsáveis”, destacou, em conversa com jornalistas.

Haddad afirmou não ter sido informado sobre eventuais valores que podem ter sido desviados e frisou que conversaria com



o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do assunto. “Eu não tenho essa informação, pois isso está sendo mantido em sigilo, inclusive, dos ministros. Estava entre o Tesouro e a PF. Eu fiquei sabendo no mesmo momento que vocês (jornalistas). Inclusive, vou agora informar ao presidente”, completou.

Em nota, o Tesouro Nacional negou que se trate de uma invasão, mesmo reconhecendo o acesso indevido ao sistema. “O episódio não configura uma invasão, mas, sim, uma utilização

indevida de credenciais obtidas de modo irregular. As tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema”, ressaltou o órgão. “Todas as medidas necessárias vêm sendo tomadas pela STN em resposta ao caso, incluindo a implementação de ações adicionais para reforçar a segurança do sistema.”

O Tesouro declarou estar colaborando com as investigações, e também não informou se recursos foram desviados. “O Tesouro

Nacional trabalha em colaboração com as autoridades competentes para a condução das investigações; e reitera seu compromisso com a transparência, a segurança dos sistemas governamentais e a preservação do adequado zelo das informações, até o término das apurações”, enfatizou o texto.

Em comunicado, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos seguiu a mesma linha. Disse que “o episódio não configura uma falha de segurança no gov.br, mas, sim, uma

utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular, que já está sendo investigada pelos órgãos competentes”.

“O ministério recomenda a todos os usuários que utilizem as ferramentas de segurança disponíveis no gov.br, como a validação em duas etapas e a gestão de dispositivos, que protegem a conta gov.br. Caso seja necessário, os usuários podem utilizar os canais oficiais da pasta para sanar dúvidas sobre a sua conta, como o gov.br/atendimento”, acrescentou.

Modus operandi

Os crackers (termo usado para se referir a quem usa conhecimentos de informática para causar danos e prejuízos) tiveram acesso a contas do gov.br de gestores do Siafi, assim como às senhas, acessaram os serviços e liberaram pagamentos.

A informação foi confirmada pelo **Correio** com fontes na Polícia Federal. As credenciais teriam sido realizadas por meio de ataques de “fishing”, palavra em inglês que significa “pesca-ria”. Nesse tipo de cibercrime, pessoas mal-intencionadas enviam iscas, como links de páginas falsas, para coletar os dados dos alvos. Acreditando estar em uma página oficial do governo ou de bancos, por exemplo, a vítima insere informações que são usadas em golpes e fraudes.

Uma das hipóteses é que páginas falsas, que imitam o layout (aparência) dos sites oficiais do governo, foram usadas para enganar os servidores públicos. As informações teriam sido coletadas durante meses, silenciosamente, até que fossem reunidas credenciais suficientes para realizar um ataque em larga escala.

Em uma das tentativas, o cracker teria tentado fazer uma transferência via Pix, ou seja, instantânea. Mas o sistema detectou que o CPF, chave Pix utilizada, era o mesmo entre quem enviou o pagamento e quem receberia, o que é vedado pelas regras do governo. Após isso, o Tesouro Nacional teria passado a exigir o uso de certificado digital.

Porém, mesmo com a medida, foram identificadas tentativas de invadir o sistema usando certificado digital emitido por empresas privadas. Por conta disso, a regra passou a obrigar o uso de certificados emitidos pelo Serviço Nacional de Processamento de Dados (Serpro).

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula não tem empatia com o centro conservador

Uma pesquisa do Ipec, divulgada ontem, mostrou que 18% dos brasileiros se dizem de esquerda, 28% e centro e 41% de direita — ou seja, a direita tem 23% a mais de eleitores do que a esquerda. Ocorre que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora tenha uma composição bastante ampla — que abarca partidos de direita, como o União Brasil, o PSD, o PP e o Republicanos —, não são percebidos pela população como um governo de coalizão democrática.

O PT se esmera para que a percepção seja a de que é um governo de esquerda, corroborado pelo confronto permanente de Lula com Bolsonaro e certas declarações que reforçariam um viés estatizante, nacionalista e antiamericano. O fato é que na disputa pelo centro político, que diminuiu de 34% para 28%, a direita tem levado a melhor. Lula obteve muitos votos de centro, e até de direita, principalmente de

mulheres, na disputa do segundo turno das eleições, quando teve o apoio de Simone Tebet (MDB). Esses votos se descolaram e muitos podem migrar para a direita.

Com Bolsonaro ineleável, a possibilidade de Lula enfrentar um adversário em condições de disputar esses votos de centro com certa facilidade é muito grande. Quatro governadores de estados importantes são capazes de atrair esse eleitorado, em seus respectivos estados. Todos estão posicionados para serem candidatos em 2026 e já buscam projeção nacional: Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás; Romeu Zema (Novo), em Minas; Ratinho Junior (PSD), no Paraná; e Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, o único que ainda pode concorrer à reeleição.

Os quatro podem se aproveitar de que Lula não tem empatia com o ethos conservador da maioria da sociedade — voltou à Presidência por causa do

fracasso do governo Bolsonaro e da sua ameaça autoritária, por uma estreita maioria da sociedade. Ethos é um conceito que se utiliza do grego para descrever o “caráter moral”, os valores e as crenças de uma pessoa, grupo ou sociedade. Para a sociologia e a antropologia, o ethos são costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo.

Nesse sentido, temos duas dimensões: a grande diversidade cultural do país, que favorece antagonismos entre baianos e mineiros, cariocas e paulistas, nordestinos e sulistas; e a cada vez mais expressiva divisão entre os católicos tradicionais e os evangélicos, que começa a transbordar dos salões para as ruas. O resultado eleitoral mostrou dois brasis: o setentrional e o meridional.

Em Aristóteles, o ethos influencia a sociedade ao lado do logos, a razão, e do pathos, a emoção. A calibragem dessa relação na política não é nada fácil.

Mas existe um denominador comum: a Constituição. No direito constitucional, o ethos refere-se ao conjunto de valores fundamentais, princípios e ideais que permeiam a ordem constitucional. A radicalização política ameaça o texto constitucional. A facilidade com que surgem propostas de emendas constitucionais que tentam mudar a relação entre o Estado e a sociedade, sobretudo as minorias, merece muita atenção da sociedade civil e não apenas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Imagem negativa

Mas voltemos ao governo Lula. As pesquisas de opinião pública mostram uma queda de popularidade do governo em diversas áreas, em contradição com os números macroeconômicos: emprego, renda, inflação. Nas oito áreas avaliadas pela pesquisa do Ipec, apenas uma teve a avaliação positiva maior

do que a negativa: a Educação (38% dos entrevistados consideram como ótima ou boa; 31% avaliam como ruim ou péssima; e 28% acham regular), apesar do lobby dos professores contra o ministro Camilo Santana, ex-governador do Ceará. A sequência de resultados é preocupante para Lula.

Combate à inflação: ruim ou péssimo para 46%; ótimo ou bom para 23%; regular para 28%. Segurança pública: ruim ou péssima para 42%; ótima ou boa para 27%; regular para 28%. Combate ao desemprego: ruim ou péssima para 39%; ótima ou boa para 26%; regular para 31%. Saúde: ruim ou péssima para 42%; ótima ou boa para 29%; regular para 30%. Política externa: ruim ou péssima para 37%; ótima ou boa para 30%; regular para 24%. Combate à fome e à pobreza: ruim ou péssima para 38%; ótima ou boa para 33%; regular para 29%. No Meio Ambiente houve empate: 33% dos entrevistados

consideram a gestão ótima ou boa e 33%, ruim ou péssima; regular para 29%.

Ontem, Lula cobrou mais agilidade e dedicação de seus ministros à articulação política, inclusive do vice-presidente Geraldo Alckmin e do titular da Fazenda, Fernando Haddad (precisaria “ler menos livros”, pasmem, e fazer mais política com o Congresso). Sim, existe um problema de desempenho nos ministérios, mas só a comunicação do governo e menos mancasadas de Lula podem mudar a percepção sobre os resultados positivos do governo. É preciso, também, superar a concepção de que o eixo do governo é uma insustentável agenda de esquerda.

Lula precisa de um programa comum de centro democrático, com as forças de cujo apoio necessita no Congresso, no qual todos, à esquerda e à direita, dentro do possível, sejam contemplados.